

## **PLANOS INDIVIDUALIZADOS: recursos para inclusão escolar**

Bruna Cristina da Silva Hudson

Psicóloga, Mestra em Educação, Conhecimento e Inclusão Social pela UFMG.

[Brunacris.huds93@gmail.com](mailto:Brunacris.huds93@gmail.com)

Temática 2 - Educação Especial e Inclusão Escolar

### **RESUMO**

Este resumo expandido se trata de um trecho da pesquisa de Mestrado defendido pela autora em 2020 sobre o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) utilizado na rede estadual de educação de Minas Gerais (MG). O objetivo deste resumo consistiu em realizar um levantamento de pesquisas e artigos, ou um estado do conhecimento, acerca de instrumentos de inclusão semelhantes PDI. Foram realizadas pesquisas nas principais bases de dados científicos como Scielo, Catálogo de Teses e Dissertações, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Google Acadêmico, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de MG e livros. Selecionou-se, ao todo, vinte e quatro pesquisas que versam sobre a temática.

**Palavras-Chave:** Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Planejamento Educacional Individualizado. Inclusão escolar.

### **1 INTRODUÇÃO**

Segundo Tannús-Valadão (2014), em países como Estados Unidos da América, França, Suíça, Itália, Portugal, Alemanha, entre outros, existe um Planejamento Educacional Individualizado (PEI). No Brasil, não há um regulamento nacional que institui a obrigatoriedade

na utilização de um plano individual. Esta ferramenta se tornou um dispositivo que acompanha o percurso escolar dos estudantes com deficiência<sup>1</sup> nas instituições comuns de ensino. Em Minas Gerais, o instrumento é obrigatório nas escolas estaduais e é nomeado de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Esse recurso pode receber uma nomenclatura específica de acordo com o país, estado ou município em questão.

Tannús-Valadão e Mendes (2018) constataram que foi a partir dos anos 2000 que o Brasil adotou, principalmente, em leis estaduais e municipais, um Plano Educacional Individualizado. Salientam que as fases da Educação Especial passaram por um tipo de planejamento semelhante ao PEI que era baseado no modelo médico-pedagógico, com foco em diagnósticos e nos impedimentos apresentados pela pessoa. Depois, esteve direcionado para um modelo centrado na instituição e, com o passar dos anos, surgiu uma pedagogia voltada para as diferenças individuais, que ganhou espaço e passou a preocupar com a sistematização do ensino. A nova proposta passou a reforçar a ideia de um planejamento de trabalho para a individualidade que, ao mesmo tempo, possa organizar e otimizar o percurso dos estudantes quanto guiar as práticas em sala de aula.

Segundo Glat, Vianna e Redig (2012), o Plano Educacional Individualizado consiste em um “[...] registro avaliativo escrito, formulado em equipe, que busca as respostas educativas mais adequadas para as necessidades específicas apresentadas em processos de escolarização de estudantes que exigem caminhos alternativos para sua aprendizagem” (GLAT; VIANNA; REDIG, 2012, p. 84).

Um planejamento individual deve ser periodicamente avaliado e revisado e deve considerar o aluno em “patamar atual de habilidades, conhecimentos e desenvolvimento, idade cronológica, nível de escolarização já alcançado e objetivos educacionais desejados em curto, médio e longo prazos” (GLAT; VIANNA; REDIG, 2012, p. 84).

Apesar dos inúmeros planos apresentarem estruturas e formas diferentes, existem informações que, em geral, podem ser observadas na maioria deles, tais como: “nome, idade, quanto tempo está na escola, aprendizagens já consolidadas, dificuldades encontradas, objetivos para este aluno, metas e prazos, os recursos ou adaptações curriculares utilizadas e os profissionais envolvidos na elaboração do plano” (GLAT; VIANNA; REDIG, 2012, p. 85).

Para compreender melhor sua importância no campo da Educação Especial, foi realizado um levantamento de pesquisas e artigos, ou, um estado do conhecimento acerca do PDI, com o intuito de mapear estudos brasileiros que discutam seu papel nas escolas comuns.

---

<sup>1</sup> Considerou-se como público-alvo da Educação Especial os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Foram realizadas pesquisas nas seguintes bases de dados: *Scielo, Catálogo de Teses e Dissertações, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Google Acadêmico* e livros. Na *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal de MG* não foram localizados trabalhos que abordam o objeto a ser explorado. Foram utilizados os seguintes descritores: “Plano Educacional Individualizado”, “Plano de Desenvolvimento Individual”, “Plano de Ensino Individual”, “Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado”, “Plano de Desenvolvimento Psicoeducacional Individualizado”, “Planejamento Educacional Individualizado”, “Plano Pedagógico Individualizado” concomitante com os termos de “educação”, “Educação Inclusiva”, “Educação Especial” ou “inclusão escolar”.

Dentre as nomenclaturas dos instrumentos localizados estão: Plano Educacional Individualizado (PEI), Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado (PDEI), Plano Educativo Individualizado (PEI), Planejamento Educacional Individualizado (PEI), Plano Pedagógico Individualizado (PPI) e Plano de Ensino Individualizado (PEI).

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Tannús-Valadão (2010) afirma que um dos aspectos a serem destacados é de que o PEI no Brasil deve ter um embasamento legal, pois, caso contrário, há uma grande possibilidade de que o documento não seja elaborado nas escolas. Além de que, para o sucesso na aplicação do instrumento, é necessário que professores sejam formados e preparados para contribuir na elaboração e implementação do PEI.

O PEI ou PDPI se mostrou “como uma possibilidade de garantir aprendizagem, mas o impasse está em não ser mais um instrumento de exclusão, ou de não inclusão, a medida certa é que uma construção difícil e que precisa ser tomada a termo por todos os atores envolvidos na cena” (VIANNA; SILVA; SIQUEIRA, 2011, p. 2831).

Para Braun e Vianna (2011) o funcionamento do AEE, da sala de recursos e a aplicabilidade do PEI carecem de uma formação docente que proporcione o desenvolvimento de autonomia e autoria dos profissionais.

Glat e Pletsch (2012, p. 201) pontuaram que “a pesquisa mostrou que os professores do ensino comum não assumem, na prática, a responsabilidade didática pelos alunos com deficiências incluídos em suas turmas”. Já Glat, Vianna e Redig (2012, p. 97) afirmaram que o PEI “pode ser uma estratégia eficaz para facilitar e orientar a organização curricular no sentido

de promover o desenvolvimento social e acadêmico de alunos com deficiência intelectual, bem como facilitar suas perspectivas de inclusão escolar e laboral”.

Coelho (2013, p. 146) salientou que “a construção de Planos Educacionais Individualizados de cada aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE) articulada aos projetos curriculares da escola constitui um bom exemplo de uma experiência alinhada a uma filosofia inclusiva”.

Magalhães, Cunha e Silva (2013) concluíram que o PEI, em uma proposta de organização curricular, tornaria possível elaborar e definir estratégias pedagógicas direcionadas, sendo que aprimorar as práticas pedagógicas beneficia não somente os estudantes com Necessidades Educativas Especiais, mas todos os alunos.

Segundo Marin, Mascaro e Siqueira (2013) aplicar um plano individualizado sem a presença de outros profissionais em sala dificulta os momentos de individualização e flexibilização das atividades, sugerindo o trabalho colaborativo como alternativa. Afirmam que a formação continuada de professores baseada na colaboração é uma proposta mais produtiva em que os atores possuem papéis estratégicos que contribuem, com experiências diferentes, para novas práticas escolares. Constataram que, segundo os docentes participantes da pesquisa, a implementação e o uso do PEI deveriam estar atrelados à dinâmica e à rotina das escolas, sendo que a postura pedagógica da instituição favorecerá ou não essa proposta.

A tese de doutorado de Tannús-Valadão (2014), destaca-se que dentre as dificuldades encontradas no processo de construção dos PEIs os profissionais pareciam demandar decisões e resultados rápidos, dedicando pouco tempo para análise e definição de estratégias mais efetivas. Dentre as evidências apresentadas, após análise dos planos individualizados, notou-se que haviam muitas repetições, incoerências em relação aos dados e ausências de documentos, tendo em vista que apenas alguns alunos tinham o PEI formalizado e muitos planejamentos se baseavam nas ações do professor especializado, não evidenciando relação com o ensino da classe comum (TANNÚS-VALADÃO, 2014).

Pereira (2014) observou que o PEI foi revelado como eficiente, pois aumentou a participação do aluno nas rotinas escolhidas, mas houve pouca colaboração entre os professores durante as atividades.

Um Plano de Ensino Individualizado para o contexto das aulas de Educação Física foi publicado por Munster *et al.* (2014). O inventário foi elaborado em conjunto com pesquisadores da América do Norte e do Sul, pensado como um recurso para auxiliar a ação dos professores a partir de uma análise sobre três critérios: clareza na linguagem, pertinência teórica e viabilidade de aplicação.

Em 2015, Ávila constatou que durante a elaboração do PEI houve a presença de vários atores da comunidade escolar e familiar, mas que ocorreu a ausência dos profissionais de saúde, sendo importante destacar que há uma certa urgência em ampliar o diálogo entre educação e saúde para tratar de assuntos relacionados ao aluno da Educação Especial. Observou que a rede pesquisada ainda apresentava a proposta de integração escolar, baseada em um modelo médico e assistencialista, passando para a proposta de inclusão após as intervenções.

No estudo de Kempinski, Tassa e Cruz (2015) chegou-se à conclusão que o PEI é uma ferramenta que auxilia no processo educacional inclusivo, que possibilita os profissionais da educação conhecer necessidades e possibilidades de seus alunos, adequando planejamentos, estabelecendo estratégias para alcançar o aprendizado e adequando métodos diferenciados de ensino.

Costa (2016) ressalta que o PEI representou uma alternativa pedagógico-metodológica importante para os alunos com Transtorno Autista, que a estrutura do documento se trata de uma metodologia de trabalho e a atuação colaborativa permite a atribuição de uma responsabilidade coletiva durante o planejamento, a avaliação e o monitoramento da aprendizagem do aluno. O autor ainda cita o desenvolvimento de um *software* piloto para analisar e gerenciar as ações do PEI e que há a necessidade de mais pesquisas que contribuam para demonstrar a eficácia do instrumento e a validação do *software* para aprimorar o processo de inclusão do aluno.

Segundo Campos (2016), antes da intervenção com o PEI, foi observada uma prática alicerçada em um conhecimento do cotidiano, fato que promove o esvaziamento de um conteúdo científico e, conseqüentemente, a não apropriação do conhecimento. Além disso, também houve a identificação de uma prática ainda baseada no modelo clínico, que deu lugar, de forma lenta e gradual, às novas práticas conforme os ideais da inclusão.

No trabalho de Silva (2017, p. 40), ressaltou-se que “embora o Plano Pedagógico Individualizado auxiliasse na organização do planejamento pedagógico, perceberam-no trabalhoso em seu preenchimento”.

Para Redig, Mascaro e Dutra (2017) a ressignificação dos docentes diante do ensino aos alunos é necessária, não somente para estudante com NEE, mas também para aqueles que não possuem deficiências. As autoras ressaltam que a formação dos professores carece de uma estrutura dialógica, baseada em percursos formativos que evidenciem de forma mais proveitosa a teoria com a prática.

Em 2018, Campos e Pletsch chegaram à conclusão que o PEI é um recurso que auxilia na organização das intervenções pedagógicas e que as ações precisam estar articuladas com o

currículo escolar, senão a exclusão continuará sendo vivenciada, e que a transformação da cultura escolar é necessária, uma vez que muitas escolas ainda focam na ideia de homogeneidade ao invés da diversidade humana.

A pesquisa sobre o PEI como estratégia para favorecer a elaboração conceitual de alunos com deficiência intelectual afirma que esse instrumento auxilia na identificação e no reconhecimento de conceitos cotidianos trazidos pelo aluno, viabiliza o currículo proposto e favorece a ação educativa (MAGALHÃES; CORRÊA; CAMPOS, 2018).

Mascaro (2018) realizou uma discussão sobre estratégias pedagógicas e considerou que o PEI se torna uma estratégia viável que pode favorecer o processo de ensino e aprendizagem do estudante com deficiência intelectual. Apesar da ferramenta demonstrar sua grande utilidade, sua implementação enfrenta necessidades requeridas pela escola contemporânea, citando a reformulação da prática do professor, a inserção de um trabalho colaborativo, o reconhecimento das individualidades dos estudantes e o planejamento da formação dos alunos com maiores dificuldades para aprendizagem dos conteúdos escolares formais.

No artigo de Tannús-Valadão e Mendes (2018) há uma retomada no debate sobre a comparação entre modelo de planejamento individual no Brasil e em outros países. Dá-se ênfase que o modelo brasileiro ainda foca no planejamento centrado na instituição em detrimento do planejamento centrado no sujeito.

Para Mello e Hostins (2019) o trabalho colaborativo entre professores e a equipe pedagógica é necessário e permite que os profissionais se repositionem diante do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Entre os limites da pesquisa que se tornaram dificultadores nos resultados obtidos foram destacados o problema de conectividade das ferramentas tecnológicas escolhidas para inclusão, a inércia de alguns participantes diante do trabalho colaborativo e as condições de trabalho impostas aos professores que representam:

O trabalho de Pereira (2019), que discorre sobre o PDI de Minas Gerais, cita que o Plano de Desenvolvimento Individual “é um instrumento que possui dificuldades na compreensão do seu conceito e na sua elaboração, pelo fato das orientações, resoluções e outros documentos legais não abordarem com profundidade sobre o PDI e não oferecerem procedimentos para a sua elaboração” (PEREIRA, 2019, p. 218). Para Ponciano (2019), o PDI é um instrumento importante a ser utilizado pelos docentes durante o trabalho com o aluno PAEE e que a ferramenta também pode ser estendida a todos os estudantes com ou sem deficiência, a fim de contribuir para o desenvolvimento e o processo de ensino e aprendizagem.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No geral, as pesquisas apontam que o PDI é um instrumento que auxilia os profissionais da educação no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência, sendo imprescindível a criação de uma normatização que defina a obrigatoriedade do PDI nas escolas brasileiras. Os trabalhos indicam que a formação de professores, inicial ou continuada, é um fator que precisa ser repensado para melhorar a atuação em sala de aula e o manejo das práticas escolares. O trabalho colaborativo se mostrou eficiente e permitiu uma dedicação e engajamento maior dos profissionais, mas a falta de diálogo entre os atores educacionais também representa uma dificuldade na elaboração e implementação do PDI. Ainda, cabe enfatizar que é necessária uma mudança nas estruturas escolares e é preciso a consolidação de políticas que norteiam a Educação Especial inclusiva, direcionando práticas e investimentos em recursos e capacitações.

É importante enfatizar que o PDI é um recurso que se relaciona com adaptações, flexibilizações, adequações e diferenciações curriculares, tendo em vista que o instrumento pode fazer emergir a necessidade de ajustes no currículo escolar comum. Esse processo carece de discussões coletivas envolvendo os diversos profissionais que participam do processo de ensino e aprendizagem do aluno, além de contar com a participação dos familiares e membros da comunidade. Ao utilizar o PDI poderão ser traçadas melhores estratégias de intervenção, tendo em vista que no documento estarão dispostas todas as informações sobre o desenvolvimento do estudante e quais as potencialidades e dificuldades apresentadas.

## **REFERÊNCIAS**

AVILA, L. L. **Planejamento Educacional Individualizado (PEI) para pessoas com deficiência intelectual na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias (2001 - 2012)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar / PPGEduc/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2015. 203 p.

BRAUN, P.; VIANNA, M. M. **Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico**. In: PLETSCHE, M. D. DAMASCENO, A. (Org.). Educação Especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Editora Edur, Seropédica/RJ, 2011.

CAMPOS, E. C. V. Z. **Diálogos entre o currículo e o planejamento educacional individualizado (PEI) na escolarização de alunos com deficiência intelectual**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016. 173 p.

CAMPOS, E. C. V. Z.; PLETSCHE, M. D. **Experiências com a pesquisa-ação para o Planejamento Educacional Individualizado (PEI) focando a escolarização de alunos com deficiência intelectual**. In: FRANCO, M. A. M.; GUERRA, L. B. Práticas pedagógicas em contextos de inclusão: situações de sala de aula. Vol. 3, 1 ed. Jundiaí, SP: Paco, 2018.

COELHO, C. L. M. Cenas da inclusão: modelos e intervenções em experiências portuguesa e brasileira. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** Brasília, v. 94, n. 236, p. 125-149, 2013.

COSTA, D.M. **Plano Educacional Individualizado:** implicações no trabalho colaborativo para inclusão de alunos com autismo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul. p. 103. 2016.

GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A.G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ci. Huma. e Soc. em Rev.**, RJ, EDUR, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas críticas**, Brasília, DF. V.18, n.35, p. 193-208, 2012a.

KEMPINSKI, I.V. TASSA, K. O. M; CRUZ, G. C. Plano Educacional Individualizado: uma Proposta de Intervenção. Universidade Estadual do Centro Oeste. **Revista da Sobama**, Marília, v. 16, n. 1, p. 23-32, 2015.

MAGALHÃES, J. G.; CUNHA, N. M.; SILVAS, E. **Plano educacional individualizado (PEI) como instrumento na aprendizagem mediada:** pensando sobre práticas pedagógicas. In: GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (Orgs.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 33-48.

MAGALHÃES, T. F. A.; CORRÊA, R. P.; CAMPOS, E. C. V. Z. O Planejamento Educacional Individualizado (PEI) como estratégia para favorecer a elaboração conceitual em alunos com deficiência intelectual: o caso de Júlio. **Revista Educação, artes e inclusão**. Vol. 14, n 4, 2018.

MARIN, M.; MASCARO, C. A. A. C.; SIQUEIRA, C. F. O. **Plano educacional individualizado (PEI):** um estudo sobre sua utilização numa escola especial. In: PLETSCHE, M. D. e GLAT, R. Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. EdUERJ, 2013.

MASCARO, C. A. A. C. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 205, 2018, mensal, ano XVIII. Dossiê: Educação Inclusiva. p. 12-22.

MELLO, A. F. G.; HOSTINS, R. C. L. **Plano Educacional Individualizado:** a colaboração docente como processo, a aprendizagem e a inclusão escolar como propósito. In: LUNARDI-MENDES, G. M.; PLETSCHE, M. D.; HOSTINS, R. C. L. Educação especial e/na educação básica: entre especificidades e indissociabilidades [recurso eletrônico] - 1. ed. - Araraquara [SP]: Junqueira & Marin, 2019.

REDIG, A.G.; MASCARO, C. A. A. C; DUTRA, F. B. S. A formação continuada do professor para a inclusão e o plano educacional individualizado: uma estratégia formativa? **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v4, n1, p.33-44, 2017, Edição Especial.

SILVA, C. C. M. **Inclusão de estudantes com deficiência intelectual: a importância do plano pedagógico individualizado e de estratégias de ensino criadas coletivamente pelos professores.** Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. p. 88. 2017.

MUNSTER, M. A. V.; LIEBERMAN, L.; SAMALOT-RIVERA, A.; HOUSTON-WILSON, C. Plano de Ensino Individualizado Aplicado à Educação Física: Validação de Inventário na Versão em Português. **Revista da Sobama**, Marília, v. 15, n. 1, p. 43-54, 2014.

PEREIRA, D. M. **Análise dos efeitos de um Plano Educacional Individualizado no desenvolvimento acadêmico e funcional de um aluno com transtorno do espectro do autismo.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte. p. 170, 2014.

PEREIRA, M. Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) instrumento político-pedagógico para a acessibilidade do aluno Público Alvo da Educação Especial matriculado na rede regular de ensino. **Intercursos**, Ituiutaba, v. 18, n. 2, 2019, p. 200-220.

PONCIANO, L. E. **O PDI na escola de educação básica: avaliação diagnóstica e intervenção pedagógica para uma escola mais inclusiva.** Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Curso de Graduação em Pedagogia, do Instituto de Ciências Humanas-ICHPO, da Universidade Federal de Uberlândia, Campus do Pontal. 2019.

TANNÚS-VALADÃO, G. **Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: propostas oficiais da Itália, França, Estados Unidos e Espanha.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. p. 125. 2010.

TANNÚS-VALADÃO, G. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores.** Tese (Doutorado em Educação do Indivíduo Especial) – Universidade Federal de São Carlos. São Paulo. p. 245. 2014.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Inclusão escolar e o Planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v. 23. 2018.

VIANNA, M. M.; SILVA, S. E.; SIQUEIRA, C. F. O. **Plano Educacional Individualizado-que ferramenta é esta?** VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 08 a 10 novembro de 2011 - ISSN 2175-960X – Pg. 2824-2835.